



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br



CUT BRASIL CONTRAF

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

f /SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX nº 5846 – 05 julho de 2018

CAIXA - RH 151: entidades sindicais participam de audiência

Foi realizada na terça-feira, 03/07, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª Região, a audiência inaugural da ação impetrada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), que pede a suspensão dos efeitos da revogação do RH 151 pela Caixa Econômica Federal. Em marco, foi concedida a liminar que mantém a incorporação de função. A audiência de encerramento da instrução foi marcada para o dia 27 de novembro.

Na concessão da liminar, a Justiça confirmou o argumento principal da Contraf, de que o RH 151 incorpora o contrato de trabalho dos empregados, devendo ser respeitado. Dessa forma, a Caixa deverá aplicar o normativo interno, procedendo a incorporação da gratificação de função para o empregado quando ele preencher os requisitos previstos.

O RH 151 prevê a incorporação da gratificação, quando: a) a dispensa da função gratificada/cargo comissionado efetivo/função comissionada, por interesse da administração (sem justo motivo); b) o exercício da respectiva função por período maior ou igual a 10 anos. O normativo foi revogado pela direção do banco em novembro do ano passado.

Petroleiros comemoram suspensão do processo de privatização

A Petrobras comunicou nesta semana que está suspenso o processo de privatização das refinarias Landulpho Alves (RLAM), na Bahia; Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco; Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul; e Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná. A decisão abrange também a paralisação do processo de venda da fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados e a alienação de 90% das ações da subsidiária Transportadora Associada de Gás (TAG).

Em comunicado, a direção da Petrobras atribuiu a medida à decisão cautelar do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), que concedeu liminar proibindo o governo de privatizar empresas públicas sem autorização do Legislativo.

A liminar atendeu a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) sobre dispositivos da Lei das Estatais (13.303/2016), de autoria da Fenae e Contraf-CUT. Na decisão, o ministro vetou a venda de ações de sociedades de economia mista, subsidiárias e controladas, abrangendo as esferas federal, estadual e municipal.

Amanhã é dia de torcer pelo Brasil

A Seleção Brasileira passou para as quartas de final da Copa da Rússia e o jogo de amanhã, sexta-feira dia 06/07, será às 15h, contra a Bélgica.

Com a partida, os bancos e o Sindicato terão o horário de atendimento modificado novamente, funcionando das 09h às 13horas.



você sabia? A CCT é fruto da unidade nacional dos bancários

Em abril de 1992 os bancários lançaram uma campanha nacional de emergência por causa da alta velocidade das perdas salariais provocadas pela explosão inflacionária, que naquele ano chegaria a 1.149%.

A minuta mínima unificada apresentada à Fenaban pela então Executiva Nacional dos Bancários reivindicava, entre outras coisas, reajuste mensal de salário com base no ICV do Dieese, reposição das perdas e aumento real de 26% a título de aumento da produtividade. Também incluía importantes bandeiras para preservar o emprego, entre elas a ampliação do horário de atendimento ao público das 9h às 17h, com dois turnos de trabalho.

Na campanha de 1992, os bancários conquistaram avanços importantes, como aumento real de 5%, recomposição bimestral de parte da inflação (quebrando a política salarial da época), ampliação do auxílio-creche de 72 para 83 meses, unificação do auxílio-alimentação, comissão para a segurança bancária. Mas, a mais importante conquista foi a CCT (Convenção Coletiva Nacional de Trabalho), assinada pela CNB-CUT, por sete federações e 120 sindicatos, que representavam mais de 85% da categoria. A partir de então, os bancários passaram a ter uma Convenção Coletiva Nacional, um instrumento legal, resultado de décadas de luta, que garante os mesmos direitos a todos os trabalhadores da categoria em todo o país.